



**ESTADO DO PARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO**

**1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 101/2016-MP/PA,
CELEBRADO ENTRE O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO
DO PARÁ E A EMPRESA SÃO MIGUEL TELECOMUNICAÇÕES
E INFORMÁTICA LTDA-ME.**

Pelo presente Termo Aditivo ao **CONTRATO Nº. 101/2016-MP/PA**, o Ministério Público do Estado do Pará, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 05.054.960/0001-58, com sede à Rua João Diogo nº. 100, Bairro Cidade Velha, CEP: 66.015-165, Belém-PA, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Exmo. Sr. Procurador-Geral de Justiça, Dr. **GILBERTO VALENTE MARTINS**, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade, e a Empresa **SÃO MIGUEL TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA LTDA-ME**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.400.311/0001-90, com sede à Trav. 1º de maio, nº 1944, Bairro: Centro, CEP: 68.740-160, Castanhal/PA, Fone: (91) 3311-0030 / 99949-0939 / 98119-0258, E-mail: juridico@nevolitelecom.com.br / dailane@nevolitelecom.com.br / maedorio@nevolitelecom.com.br., doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr. **ORIVALDO DAS NEVES OLIVEIRA**, brasileiro, residente e domiciliado na cidade de Castanhal/PA, têm por justas as cláusulas e condições seguintes, objeto do presente Termo Aditivo:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica alterada a Cláusula Terceira do contrato original que trata do **PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO**.

CLÁUSULA SEGUNDA

Fica prorrogado o prazo de VIGÊNCIA do Contrato Original por mais **12 (doze) meses**, a contar do dia **13/09/2017**, nos termos do Art. 57, II, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA

O Contrato, conforme Cláusula Quarta – Do Preço e Das Condições de Pagamento, mantém seu **valor mensal em R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais)**, perfazendo em 12 meses o **valor total de R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais)**.

CLÁUSULA QUARTA

Para atender as despesas provenientes do presente aditivo o Ministério Público do Pará valer-se-á de recursos oriundos da seguinte função programática:

Atividades: 12101.03.092.1434.8326 – Gestão de Tecnologia da Informação do Ministério Público.

Elemento de Despesa: 3390-39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

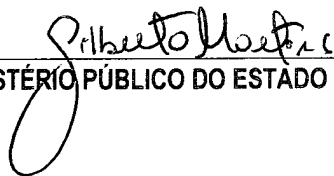
Fonte: 0101 – Recursos Ordinários

CLÁUSULA QUINTA

Permanecem inalteradas e ficam por este Termo ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato original, não modificadas pelo presente Termo Aditivo.

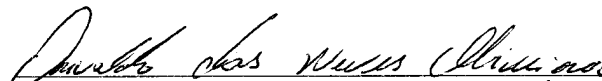
E por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo, em 02 (duas) vias, de igual teor e para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo elencadas.

Belém, 12 de julho de 2017.


MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Testemunhas:

1) Karla Queiroz
RG: 41583264 SSP/PA


SÃO MIGUEL TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA LTDA
São Miguel Telecomunicações
e Informática Ltda. - ME
CNPJ: 13.400.311/0001-90
Insc. Est. 15.331.677-2
NEVOLI TELECOMUNICAÇÕES

2) Orivaldo das Neves Oliveira
RG: 3266526 SSP/PA

Objeto e Justificativa do Aditamento: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato de Locação de Imóvel utilizado com sede da PJ de Parauapebas/PA.
Data de Assinatura: 12/07/2017.
Vigência do Aditamento: 16/07/2017 a 15/07/2018.
 Dotação Orçamentária: Atividade: 12101.03.122.1434.8332 – Operacionalização das Ações Administrativas.
Elemento de despesa: 3390-36- Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física.
Fonte de Recurso: - 0101 – Recursos Ordinários.
Ordenador Responsável: Dr. Gilberto Valente Martins.
Aditivos Anteriores: 1º TA: Prorrogação do prazo de vigência e reajuste de valores (DOE 18/07/2011);
2º TA: Prorrogação do prazo de vigência e reajuste de valores (DOE 11/07/2012);
3º TA: Prorrogação do prazo de vigência e reajuste de valores (DOE 05/07/2013);
4º TA: Prorrogação do prazo de vigência e reajuste de valores (DOE 16/07/2014);
5º TA: Prorrogação do prazo de vigência (DOE 07/07/2015);
6º TA: Alteração do preâmbulo do contrato e reajuste de valores (DOE 11/09/2015);
7º TA: Prorrogação do prazo de vigência (DOE 18/05/2016).
Protocolo: 202347

EXTRATO DE TERMO ADITIVO NO DO TERMO ADITIVO: 1.

NO DO CONTRATO: 101/2016-MP/PA.
Partes: Ministério Público do Estado do Pará e a Empresa SÃO MIGUEL TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA LTDA-ME.
Objeto e Justificativa do Aditamento: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato Original por mais 12 (doze) meses, nos termos do art. 57, II da Lei nº 8.666/1993.
Data de Assinatura: 12/07/2017.
Vigência do Aditamento: 13/09/2017 a 12/09/2018.
 Dotação Orçamentária: Atividade: 12101.03.092.1434.8326.
Elemento de despesa: 3390-39.
Fonte: 0101.
Ordenador Responsável: Dr. Gilberto Valente Martins.
Protocolo: 202208

EXTRATO DE TERMO ADITIVO NO DO TERMO ADITIVO: 6.

NO DO CONTRATO: 031/2011-MP/PA.
Partes: Ministério Público do Estado do Pará e os Srs. ADHEMAR PEREIRA TORRES e YOLANDA TOSHIKO OHASHI TORRES.
Objeto e Justificativa do Aditamento: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato Original por mais 12 (doze) meses, com base no art. 62, §3º, I da Lei nº 8.666/1993 e Lei nº 8.625/1991.
Data de Assinatura: 12/07/2017.
Vigência do Aditamento: 19/08/2017 a 18/08/2018.
 Dotação Orçamentária: Atividade: 12101.03.122.1434.8332.
Elemento de despesa: 3390-36.
Fonte: 0101.
Termos Aditivos Anteriores: 1º Termo Aditivo: prorrogação de vigência e reajuste de valor (D.O.E. 27/07/2012); 2º Termo Aditivo: prorrogação do prazo de vigência (D.O.E. 22/08/2013); 3º Termo Aditivo: prorrogação do prazo de vigência (DOE: 18/08/2014); 4º Termo Aditivo: prorrogação do prazo de vigência do contrato original por mais 12 meses (DOE: 13/08/2015); 5º Termo Aditivo: prorrogação de vigência (DOE: 18/08/2016);
Ordenador Responsável: Dr. Gilberto Valente Martins.
Protocolo: 202193

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO NÚMERO: 034/2017

Objeto: Registro de Preços para Aquisição de Material de Consumo.
Entrega do Edital: Nos sites www.comprasgovernamentais.gov.br ou www.mppa.mp.br.
Observação: **UASG: 925980.**
Responsável pelo certame: **Rubens Fernandes Rocha**
Local de Abertura: www.comprasgovernamentais.gov.br.
Data da Abertura: **28/07/2017**
Hora da Abertura: **09h (NOVE) HORAS – HORÁRIO BRASÍLIA**
Orçamento: Classificação: **12101.03.122.1434.8332 – Operacionalização das Ações Administrativas**
Elemento: **3390-30 – material de consumo**
Fonte: **0101 – Recursos Ordinários**
Ordenador Responsável: **Gilberto Valente Martins**
Protocolo: 202183

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Nº da Dispensa: 022/2017-MP/PA.
Partes: **Ministério Público do Estado do Pará e a Empresa M M ALVARENGA COMÉRCIO E SERVIÇO - ME (CNPJ: 01.219.642/0001-49).**
Objeto: **Fornecimento de 4 (quatro) leitores de código de barras.**
Valor Total: **R\$ 2.868,00 (dois mil, oitocentos e sessenta e oito reais).**
Fundamento Legal: **Art. 24, II da Lei Federal 8.666/93.**
Data da Assinatura: **12/07/2017.**
 Dotação Orçamentária: **Atividade: 12101.03.122.1434.8332.**
Elemento de despesa: **4490-52.**
Fonte de Recurso: **0101**
Ordenador Responsável: **Dr. Gilberto Valente Martins.**
Protocolo: 202225

APOSTILAMENTO

EXTRATO DE APOSTILAMENTO NO DO CONTRATO: 102/2012-MP/PA. NO DO APOSTILAMENTO: 1

Partes: Ministério Público do Estado do Pará e TREVÓ COMÉRCIO E SERVIÇO LTDA – ME.
Data de Assinatura: 12/07/2017.
Justificativa: Mudança de Endereço da sede da empresa constante do Instrumento contratual:
Rua Diogo Mória nº 1100-A, Bairro do Umarizal.
CEP: 66.055-170
Belém/PA.
Ordenador Responsável: Dr. Gilberto Valente Martins.
Protocolo: 202448

DIÁRIA

PORTARIA Nº 4082/2017-MP/PGJ

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, em exercício, usando de suas atribuições legais,
RESOLVE:
TORNAR SEM EFEITO a PORTARIA Nº 2879/2017-MP/PGJ, de 16/05/2017, que concedeu 1/2 (meia) diária ao CABO PM MAXUEL SILVA RIBEIRO, Matrícula 333.176, C.P.F. 296.458.322-68, conforme autorização no âmbito do expediente nº 181362017, nos termos da Lei Estadual nº 5.119, de 16/5/1984 c/c Lei Estadual nº 7.551, de 14/9/2011; art. 145, da Lei Estadual nº 5.810, de 24/1/1994 e Resolução nº 008/2011-CPJ, de 30/6/2011, em virtude de haver sido autorizado seu deslocamento de Marabá ao município de São Geraldo do Araguaia, no dia 25/05/2017, a fim de realizar segurança pessoal da Promotora de Justiça Jane Cleide Silva Souza naquele município.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 27 de junho de 2017.
DULCELINDA LOBATO PANTOJA
Procuradora-Geral de Justiça, em exercício
Protocolo: 202449

OUTRAS MATÉRIAS

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO

O Ministério Público do Estado do Pará torna pública a instauração de Procedimento Preparatório, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos e subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiente, visando a melhor apuração dos fatos investigados.
PORTARIA
Procedimento Preparatório nº: 000352-440/2016
Instauração: 06/07/2017
Investigante: 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Habitação e Urbanismo de Ananindeua.
Origem: procedimento instaurado com o objetivo de investigar a prática de crime contra a flora praticado por MANOEL BENTO TEIXEIRA FILHO.
Objeto: Apurar a prática de dano ambiental ocasionado em virtude do transporte de 13.000 m³ de madeira serrada da espécie macaranduba sem autorização do órgão ambiental competente.
Ananindeua-PA, 06 de Julho de 2017.
BEZALIEL CASTRO ALVARENGA
Promotor de Justiça, Titular da 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Habitação e Urbanismo de Ananindeua.
Protocolo: 202475

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO

O Ministério Público do Estado do Pará torna pública a instauração de Procedimento Preparatório, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos e subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiente, visando a melhor apuração dos fatos investigados.
PORTARIA
Procedimento Preparatório nº 000444-440/2016
Instauração: 07/07/2017
Investigante: 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Habitação e Urbanismo de Ananindeua.
Origem: Procedimento instaurado com o objetivo de apurar possível irregularidade ambiental, perpetrada por ALLAN GOMES DA COSTA.
Objeto: Apurar possível infração ambiental, cometida por ALLAN GOMES DA COSTA, residente em Conj. Fernando Correia, nº 53, Quadra B, bairro Centro, Ananindeua-Pará, em virtude de: manter em cativeiro 02 (sete) passeriformes sem autorização do órgão ambiental competente; deixar de manter registro de movimentação de plantel; utilizar o plantel em desacordo com a licença emitida pelo órgão ambiental competente.
Ananindeua-PA, 07 de Julho de 2017.
BEZALIEL CASTRO ALVARENGA
Promotor de Justiça, Titular da 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Habitação e Urbanismo de Ananindeua.
Protocolo: 202504

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO

O Ministério Público do Estado do Pará torna pública a instauração de Procedimento Preparatório, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos e subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiente, visando a melhor apuração dos fatos investigados.
PORTARIA
Procedimento Preparatório nº 000445-440/2016
Instauração: 07/07/2017
Investigante: 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Habitação e Urbanismo de Ananindeua.
Origem: Procedimento instaurado com o objetivo de apurar possível irregularidade ambiental, perpetrada por JOAO LUIZ CHAGAS DA SILVA.
Objeto: Apurar possível infração ambiental, cometida por JOAO LUIZ CHAGAS DA SILVA, residente em Pass. São José, nº 95, bairro Guanabara, Ananindeua-Pará, em virtude de: manter em cativeiro 07 (sete) passeriformes sem autorização do órgão ambiental competente; deixar de manter registro de movimentação de plantel; utilizar o plantel em desacordo com a licença emitida pelo órgão ambiental competente.
Ananindeua-PA, 07 de Julho de 2017.
BEZALIEL CASTRO ALVARENGA
Promotor de Justiça, Titular da 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Habitação e Urbanismo de Ananindeua.
Protocolo: 202508

PORTARIA Nº 7/2017-MP/SGJ-TA

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, MOGUEL RIBEIRO BAIA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 7874/2014-MP/PGJ, de 9 de dezembro de 2014,
RESOLVE:
CONCEDER aos servidores abaixo discriminados licença para tratamento de saúde, com fulcro nos artigos 81 a 84 da Lei nº 5.810/1994:

NOME	PERÍODO
ACYLINA BEZERRA KOURY DE FIGUEIREDO	29/11 a 09/12/2016
ANDERSON DA COSTA MACIEL	19/12/2016
EUNICE ROSA FILGUEIRA DE MELO	03 e 14/12/2016
FERNANDA LIMA DA CUNHA	09/12/2016
JACKELINE MACHADO GOMES	06/12/2016
JOSE LOURENÇO DA COSTA SIQUEIRA	06 e 09/12/2016
LARISSA PAULINA SOUZA PINHEIRO	02 e 06/12/2016
MARIA DO CARMO ANDION FARIAS	07/12/2016
MARIA DEOLICE VALLE DE ARAUJO	04/11 a 23/12/2016
RENATA LOUZADA DO COUTO	30/11a 01/12/2016
OSANA DA SILVA NUNES	07/12/2016
TIRZA ELEONORA DE NAZARE BENONE SABBÁ	05/12/2016
ITAGO RAFAEL BARROS GOMES	29/11/2016
WELLINGTON SOUSA PEDROSO	01/12/2016

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA A